HIPÓTESE DE TRATAMENTO	DISPOSITIVO LEGAL – DADOS PESSOAIS	DISPOSITIVO LEGAL – DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
1) Mediante consentimento do titular	LGPD, art. 7º, I	LGPD, art. 11, I
2) Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória	LGPD, art. 7º, II	LGPD, art. 11, II, “a”
3) Para a execução de políticas públicas	LGPD, art. 7º, inciso III	LGPD, art. 11, II, “b”
4) Para a realização de estudos e pesquisas	LGPD, art. 7º, inciso IV	LGPD, art. 11, II, “c”
5) Para a execução ou preparação de contrato	LGPD, art. 7º, inciso V	Não se aplica
6) Para o exercício de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	LGPD, art. 7º, inciso VI	LGPD, art. 11, II, “d”
7) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro	LGPD, art. 7º, inciso VII	LGPD, art. 11, II, “e”
8) Para a tutela da saúde do titular	LGPD, art. 7º, inciso VIII	LGPD, art. 11, II, “f”
9) Para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiro	LGPD, art. 7º, inciso IX	Não se aplica
10) Para proteção do crédito	LGPD, art. 7º, inciso X	Não se aplica
11) Para a garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular	Não se aplica	LGPD, art. 11, II, “g”